



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

A FAVELA URBANIZADA ENTRE FAVELA, COMUNIDADE E BAIRRO

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth (Naplac/FAUUSP) - mgbustamante@gmail.com
Engenheiro Ambiental, Mestre em Arquitetura e Urbanismo



A FAVELA URBANIZADA ENTRE FAVELA, COMUNIDADE E BAIRRO

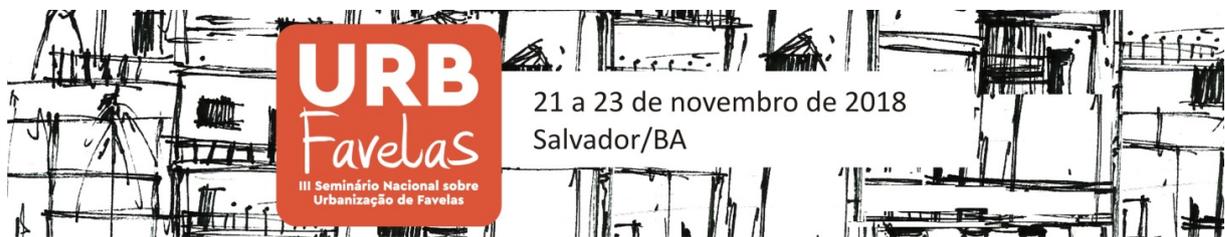
RESUMO:

Este trabalho apresenta os principais resultados da pesquisa de mestrado Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro (NAZARETH, 2017). Desde de 2009, estuda-se no Napplac (Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído/FAUUSP) as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014, começamos a analisar essas transformações de um ponto de vista etnográfico e, confrontando os resultados de entrevistas, da oficina¹ e observações de campo com dados e fatos históricos da urbanização do bairro do Jaguaré, surgem pontes que ligam as dualidades da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições do desenvolvimento urbano da favela. Nesse contexto, argumenta-se que as principais categorias adotadas pelos interlocutores da pesquisa para se posicionar a respeito do momento atual podem ser entendidas como territorialidades que recortam condições de organização social, desenvolvimento e precarização produzidas historicamente.

Palavras-chave: Apropriação do espaço. Produção do espaço. Urbanização de favelas.

ST – 5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos

¹ Em junho de 2015, foi realizada a oficina “A Vida na Nova Jaguaré”, atividade de extensão em que os impactos da intervenção foram mapeados por jovens moradores da favela e do bairro. A atividade foi coordenada por Maria de Lourdes Zuquim e Miguel Bustamante.



1 INTRODUÇÃO

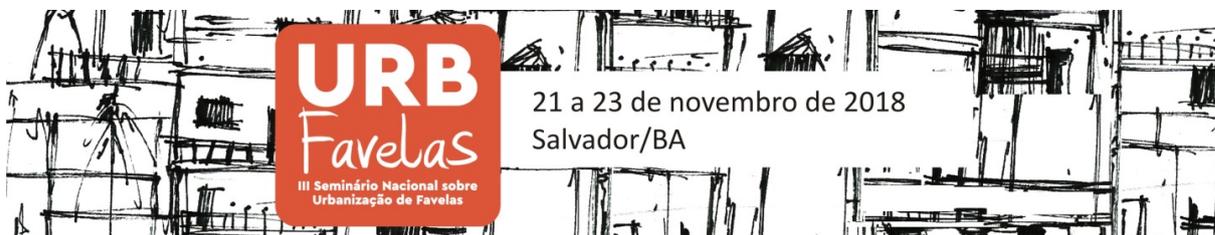
De 2014 a 2016, realizamos uma pesquisa intitulada “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários”, em que estudamos assentamentos precários em São Paulo (Brasil) e em Medellín (Colômbia). A pesquisa envolveu pesquisadores brasileiros e colombianos que integram o Napplac (Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído/FAUUSP) e o grupo MASO (Medio Ambiente y Sociedad/ Universidad de Antioquia), e seu objetivo era de analisar os aspectos socioeconômicos e físico-urbanísticos de experiências recentes em urbanização de favelas. Seleccionamos três áreas de estudo, duas em São Paulo e uma em Medellín, e as análises tomaram diversas frentes, investigações sobre a política urbana, mobilidade, espaço público, meio ambiente, participação social e provisão habitacional. Os principais resultados da pesquisa estão reunidos no site www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br e no livro “Barrios populares Medellín: Favelas São Paulo” (ZUQUIM; MAZO, 2017).

O grupo de pesquisa englobava estudantes de graduação, de mestrado, de doutorado e professores da Universidade de São Paulo e da Universidad de Antioquia, e foram articulados diversos métodos de levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Para subsidiar as análises físico-urbanísticas de morfologia e paisagem, desenvolvemos um Geoportal², uma plataforma de dados georreferenciados que reúne informações sobre o ambiente construído, como sistema viário, espaços livres, provisão habitacional, e também sobre a política urbana, regulação urbanística, projetos e intervenções realizadas nos assentamentos estudados. Realizamos também 2 oficinas com moradores, uma em Vila Nova Jaguaré e outra em Santo Domingo Savio, e as pesquisas individuais de cada um dos integrantes da equipe também envolviam entrevistas³, visitas e percursos de campo. Ainda, o grupo de pesquisa esteve reunido em dois colóquios, um em São Paulo e outro em Medellín, e visitamos juntos os três assentamentos estudados.

Um dos casos de estudo era Vila Nova Jaguaré, favela urbanizada entre 2006 e 2011 e situada no bairro do Jaguaré, na capital paulista. Esse assentamento já era estudado desde 2009 pelas

² cf. www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/geoportal.

³ Para este trabalho, foram analisadas entrevistas mais antigas que fazem parte da produção do vídeo “Velha Vila Nova Jaguaré” de 2009, outras realizadas por Gabriela Barros em 2014, e as mais recentes elaboradas por Sofia Toi e Miguel Nazareth em 2016.



professoras Maria de Lourdes Zuquim e Yvonne Mautner, que produziram o vídeo “Velha Nova Jaguaré” documentando o processo de urbanização (ZUQUIM; MAUTNER, 2013). Já existiam também muitos outros materiais disponíveis para subsidiar as análises, incluindo não só vasta bibliografia que tomam a Vila como caso de estudo, mas também um grande banco de dados com fotos, mapas e documentos produzido conjuntamente por diversos pesquisadores que integram ou integraram o Napplac.

Enquanto grande parte das análises da pesquisa liderada pelo Napplac e pelo Grupo Maso estiveram bastante associadas ao processo de urbanização e às transformações engendradas por ele, minha pesquisa de mestrado buscou situar a análise no momento atual e nas leituras que as pessoas têm sobre seu próprio espaço.

Neste trabalho, são apresentados resultados relacionados à minha pesquisa de mestrado (NAZARETH, 2017), que buscava contribuir para a pesquisa do Napplac e do grupo MASO com o estudo da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada levou em consideração um movimento típico da etnografia de aproximação ao cotidiano e ao conhecimento locais e distanciamento para reavaliar as teorias que norteiam o olhar do pesquisador (MAGNANI, 2012).

Nessa dinâmica de alinhamento entre teorias e objeto, diferentes autores da Sociologia, da Antropologia e da Arquitetura e Urbanismo que estudam apropriação do espaço tiveram participação, embora tenham contribuído de forma desigual nas diversas etapas da pesquisa. A bibliografia da pesquisa foi constantemente reavaliada, e algumas teorias foram exploradas e outras afastadas de acordo com o grau de adesão que tinham com a fala dos moradores e os saberes que eles articulavam sobre a sua própria realidade. E as categorias de análise surgiram nessa troca estando, portanto, muito vinculadas às particularidades da Vila Nova Jaguaré e ao contexto da pesquisa de campo.

A construção da metodologia se deu nesse processo de aprendizado sobre como estudar a apropriação do espaço nesse lugar, com essas pessoas e dentro desse contexto acadêmico. A abordagem etnográfica adotada só se tornou possível graças à aproximação entre o Napplac e o Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) da Congregação Santa Cruz. O CCP está sediado



dentro da Vila Nova Jaguaré e lá se desenvolvem diversos cursos direcionados à capacitação profissional e outras atividades de cultura e lazer, como aulas de música e dança, feiras e festas.

O ponto de partida das análises foi a oficina “A Vida na Nova Jaguaré”, que marcou o início dos trabalhos de campo. A oficina aconteceu em junho de 2015 e foi realizada em parceria com o CCP. Sua proposta era realizar um mapeamento coletivo junto aos moradores, de modo a espacializar impactos da urbanização. Além de outros materiais e métodos, utilizamos fotos aéreas de antes e depois das obras e adesivos com imagens que representavam palavras-chave (pictogramas) dentro dos quatro temas da pesquisa: Habitação, Espaço Público, Participação Social e Meio Ambiente. Participaram cerca de 30 pessoas, em sua maioria jovens moradores da Vila e usuários do CCP.

Como um dos coordenadores da oficina, participei de todas as etapas de seu desenvolvimento, incluindo preparação, divulgação, montagem, além de moderar o grupo de trabalho que tratava da dimensão Espaço Público. A atividade foi importante não só para levantar dados e entrar em contato com a realidade pós-intervenção, mas também para criar vínculos pessoais e profissionais que permitiram o avanço das pesquisas.

3. PRIMEIROS RESULTADOS

Desde o primeiro momento de preparação da oficina, já emergiam percepções mais ou menos rígidas sobre os benefícios da intervenção. Se, por um lado, alguns deixavam claro que a urbanização era uma conquista, o discurso que prevaleceu foi de que “a urbanização trouxe coisas boas e ruins”.

Naturalmente, o momento atual da Vila Nova Jaguaré é percebido de diferentes maneiras entre os moradores, que tensionam benefícios e impasses, mudanças e continuidades, passado e presente para se posicionar. Em alguns discursos, sobressaem problemas como a volta das situações de risco, o controle social exercido pelo crime, a violência, a degradação das melhorias, compondo uma imagem viciosa do lugar: “tenho vergonha de trazer alguém onde eu moro”.

Em outros casos, enaltece-se a solidariedade entre os moradores e um sentimento de identificação com a comunidade: “eu gosto daqui, tem muita gente que gosta de mim e eu



gosto deles”. E existe ainda um terceiro posicionamento, que reconhece todas as facilidades que a vida no Jaguaré proporciona, como boa acessibilidade, oportunidades de emprego e estudo, proximidade a comércio e serviços, etc: “todo mundo quer estar aqui no Jaguaré”.

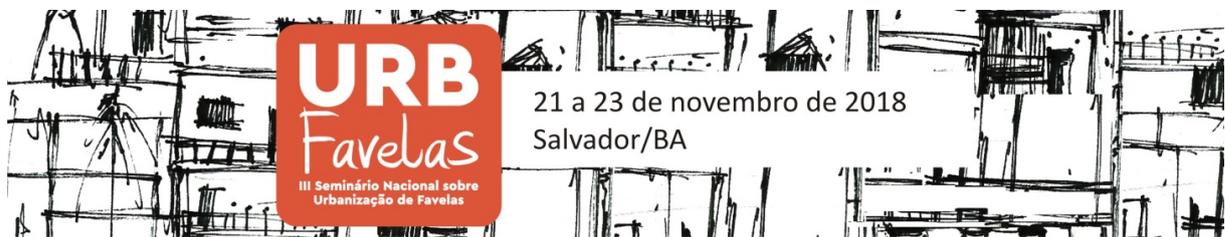
A favela urbanizada permite diversas interpretações e hoje o assentamento é chamado de favela, vila, comunidade, bairro, cidade. Ou seja, como a favela urbanizada evoca significados muitas vezes contraditórios, existem categorias que se aplicam a diferentes dimensões de sua realidade e classificam situações, sentimentos, objetos e atividades.

4. CONTEXTO HISTÓRICO

Desde sua formação até os dias atuais, a primeira favela do Jaguaré passou por mudanças em seu espaço físico e nas relações que a população mantém com o poder público buscando o reconhecimento de seus direitos. E essas mudanças se refletiram inclusive na designação do assentamento, que nasceu como favela, se transformou em vila, voltou a ser favela e hoje é núcleo urbanizado.

Nos seus primeiros anos de existência, o contato entre moradores e funcionários públicos favorecia a segurança da posse e, em menos de dez anos, a Favela do Jaguaré já abrigava 400 famílias. No final da década de 1960, a favela passou por um movimento de organização comunitária estimulado pela Ação Comunitária do Brasil (ACB), entidade fundada pelo empresariado paulista. O objetivo da Ação era de suscitar lideranças e organizações de moradores para que desenvolvessem soluções para problemas comuns. Geralmente, a ACB estimulava a construção de escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários e outros equipamentos visando consolidar um “espírito comunitário”. O grupo de empresários também visava aumentar a disponibilidade de mão-de-obra.

No Jaguaré, a chegada da ACB motivou as lideranças a se unir em torno de seus problemas comuns: água, luz educação e atendimento médico. Organizados em uma União de Moradores, eles construíram uma escola e um posto de saúde e implementaram soluções coletivas em abastecimento de água e luz. É interessante notar que essas soluções foram implementadas antes da conexão do loteamento residencial do bairro formal ao lado aos mesmos serviços públicos.



O movimento repercutiu na grande mídia e na esfera política municipal, ganhando inclusive uma matéria de página inteira no Jornal “Folha de São Paulo” intitulada “Uma Favela em Tempo de Avanço”, que refere-se ao assentamento como uma “cidadezinha”, ou uma “ex-favela”. Finalmente, os moradores assinalaram este novo momento modificando o nome da comunidade, que passou a se chamar Vila Nova Jaguaré: “não é favela, é vila”, diziam as lideranças.

Entretanto, a cada melhoria que conquistavam, a questão da posse da terra se tornava mais urgente, visto que os moradores sentiam que suas conquistas estavam ameaçadas pelas políticas de desfavelamento (ou seja, pelas remoções). Assim, em 1973, com a intenção de regularizar o assentamento, a União dos Moradores propõe ao prefeito da cidade a compra de um terço da área do parque. No entanto, foram informados de que a gestão não pretendia a regularização, e sim construir uma praça pública e transferir todos os moradores para outro local. Assim, deu-se início a outro período da história da Vila Nova Jaguaré, marcado pelo medo da remoção, pela precarização das condições de vida e fortalecimento da organização popular junto a outros movimentos de favela. Em reflexo dessas mudanças, a Vila passou a figurar nos registros da Prefeitura e na grande mídia como Favela Vila Nova Jaguaré.

Ao longo dos anos 1970, com a desestabilização econômica e o aumento do desemprego no país, agravaram-se as condições de habitabilidade e violência urbana. Em São Paulo, a criminalização dos loteamentos irregulares fez com que a única forma de acesso à terra viável aos pobres urbanos fosse a ocupação – entre 1973 e 1987, a população favelada do município aumentou de 1% para 9% (TASCHNER, 2012).

Dada sua localização estratégica próxima a postos de trabalho e a força da luta popular, que proporcionava melhorias e otimismo em relação à segurança da posse, a Favela Vila Nova Jaguaré atraía cada vez mais pessoas, que muitas vezes tinham de ocupar áreas de risco de deslizamento e enchentes. A favela passou a abrigar pessoas em diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica, que habitavam casas de madeira ou alvenaria, áreas planas ou com altas declividades, de risco ou bem consolidadas. Quanto mais novas eram as construções, mais precários eram os acessos e mais instáveis as condições do solo.

Além disso, a ação pública da Prefeitura também incentivou o adensamento e a precarização das favelas mais consolidadas, uma vez que praticava remoções sem soluções definitivas em atendimento habitacional. E a Vila Nova Jaguaré foi testemunha da ineficácia dessas ações,

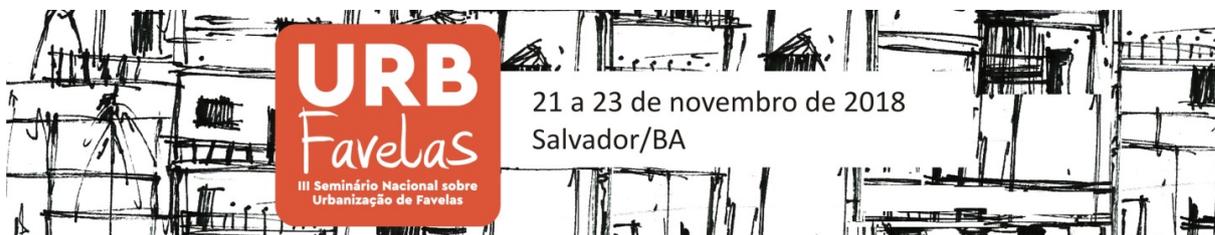


recebendo diversas famílias removidas de áreas próximas – algumas delas reassentadas pela própria Prefeitura em alojamentos provisórios, que, por descaso, acabaram se tornando definitivos.

Entre meados da década de 1970 e o final da década de 1980, os movimentos de moradia no Brasil cresceram e se organizaram. Foi um período marcado por fortes pressões sociais, em grande parte devido à crise habitacional, mas também devido ao início da abertura democrática, que possibilitou a emergência de movimentos sociais que contavam com o apoio de políticos de oposição ao regime militar. Em São Paulo, a Prefeitura aboliu o termo “desfavelamento” e direcionou a política pública ao enfrentamento da questão da moradia. Mas, mesmo com grandes avanços no âmbito do direito à localização, a maioria dos programas praticava a reurbanização, ou seja, previa a remoção total com provisão de conjuntos habitacionais na mesma área: a favela ainda era vista como “moradia provisória”.

Nesse contexto, as lideranças da Vila Nova Jaguaré, agora uma das comunidades mais organizadas de São Paulo, começaram a se identificar com outros movimentos de favela, pois compartilhavam a pauta do reconhecimento da posse da terra. Unidos a outras favelas do Butantã, constituíram a União dos Moradores do Butantã e realizaram uma série de manifestações pautando principalmente a compra dos terrenos municipais para que pudessem construir casas de alvenaria. No entanto, encontraram obstáculos de ordem fundiária, visto que não havia precedentes legais para regularizar o uso habitacional em “áreas de uso comum do povo”, o que os levou até Brasília para reivindicar a posse da terra diretamente ao Presidente da República.

Nos anos 1980, a favela ganhou maior destaque na cena política, pois era uma das mais populosas da cidade e o país estava em processo de redemocratização. O fim do processo de abertura política e o fortalecimento dos movimentos de moradia foram cruciais para criar condições para as primeiras experiências de urbanização de favelas. Mas, nesse período, a política habitacional ainda oscilou entre gestões mais progressistas e outras mais conservadoras, com propostas de regularização urbanística, reurbanização e até desfavelamento para a Favela Vila Nova Jaguaré. No início dos anos 1990, ela foi palco de uma das primeiras experiências de urbanização de favelas do município, mas a intervenção foi limitada e focada no risco geotécnico.



Na década de 2000, o capital imobiliário começou a avançar na direção do Jaguaré, que foi o distrito da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que mais se valorizou entre os anos 1998 e 2008 (FIORAVANTI, 2013). Paulatinamente, o Jaguaré foi se transformando em uma nova centralidade, o que também se refletiu em adensamento, verticalização e aquecimento do mercado imobiliário informal na favela. No ano 2000, o distrito era um dos cinco mais favelizados de São Paulo, com 30% de sua população residindo em favelas (INFOCIDADE, 2000a, 2000b), e a Favela Vila Nova Jaguaré era uma das mais povoadas da capital, com densidade habitacional de 737 habitantes por hectare (FREIRE, 2006).

Foi somente nos anos 2000 que a favela foi efetivamente consolidada. Em 2001, foi lançado em São Paulo o primeiro grande programa de urbanização plena, o Programa Bairro Legal, que incluía regularização urbanística e fundiária, e a Favela Vila Nova Jaguaré estava entre os assentamentos beneficiados. Antes das obras, um levantamento socioeconômico verificou que 40% das famílias estavam ali há menos de cinco anos e a mesma porcentagem tinha renda abaixo de dois salários mínimos. Ainda, a maioria dos trabalhadores era registrada (MANSUR et al., 2003).

As obras duraram de 2006 a 2011 e a regularização fundiária foi concluída em 2015, com a entrega dos títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem). Assim, sua designação oficial passou a ser Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré, assentamento que abriga hoje mais de 15 mil pessoas.

5. A FAVELA URBANIZADA

Com o fim da urbanização, completou-se um ciclo histórico de lutas populares pautadas na consolidação e reconhecimento formal da favela. No entanto, apesar das melhorias em mobilidade, qualidade de vida e do desenvolvimento da economia local, ainda persiste a falta de controle urbano, a qualidade insatisfatória dos serviços urbanos e o controle social exercido pela criminalidade. Ou seja, conquistaram-se direitos, mas não a cidadania plena; implantou-se infraestrutura, mas os serviços urbanos. Marca-se uma “nova realidade” determinada por novas condições de desenvolvimento, formalidade e institucionalidade, mas que ainda convivem com as dimensões de precariedade, informalidade e criminalidade.



No âmbito da pesquisa, esse momento atual foi descrito de diferentes formas, já que cada interlocutor apresentava uma perspectiva diferente baseada em suas experiências pessoais. Afinal, a realidade da favela urbanizada se coloca de forma desigual para pessoas que ocupam diferentes níveis de hierarquia social ou que possuem trajetórias de vida e alinhamentos políticos distintos. Em um contexto de grande diversidade urbana e extremamente contraditório, é praticamente impossível descrever a realidade a partir de uma única narrativa, de forma que os moradores articulam constantemente avanços e impasses para elaborar seus posicionamentos. Diante dessa enorme diversidade de pontos de vista, a realidade da favela urbanizada se descortina em “múltiplos planos”⁴, revelando diferentes formas de situar o momento atual. E, para descrever a realidade, são articuladas três categorias principais.

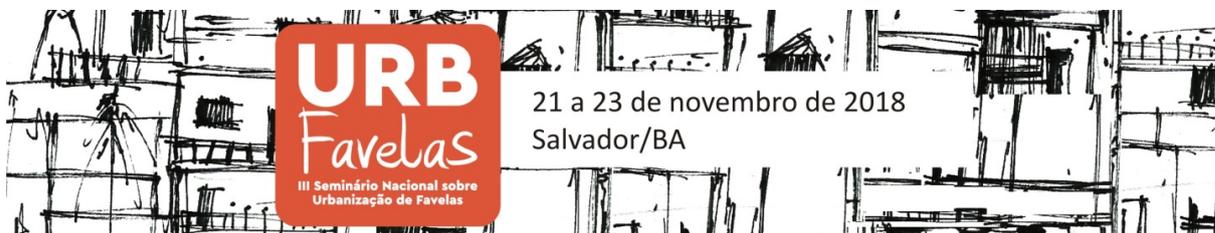
“Ainda é favela”⁵

A categoria “favela” é em geral usada na Vila Nova Jaguaré para enfatizar a precariedade, violência, degradação ambiental, violação de direitos ou qualquer outro fenômeno que contribua à estigmatização do lugar. Em outros lugares no Brasil, a palavra também evoca a luta por moradia e os laços sociais, mas no assentamento estudado a categoria favela enfatiza o lugar de onde se quer sair, onde se tem medo e vergonha de levar os amigos, onde se tem “bagunça” (lixo, barulho) e tráfico de drogas. A “favela” segue regras diferentes do “bairro”, e lá se está sujeito a outras situações, com outros atores envolvidos: “aqui é favela”, provocam algumas pessoas para enfatizar que “aqui é diferente”, para falar das disputas e injustiças de um universo bastante hierarquizado, onde o espaço é disputado por muitos e controlado por poucos, conforme ilustra a passagem abaixo:

Eu tenho muito medo de morar aqui, não vou mentir pra vocês. Igual muita gente fala, “porque o Jaguaré...” não é. Se você só vive dentro de casa, você não sai pra lugar nenhum, você não sabe o que acontece aqui. Mas se você sempre anda, você tá se comunicando com as pessoas, você sabe de coisa que você fica de boca aberta.
Funcionária do CCP (informação verbal)

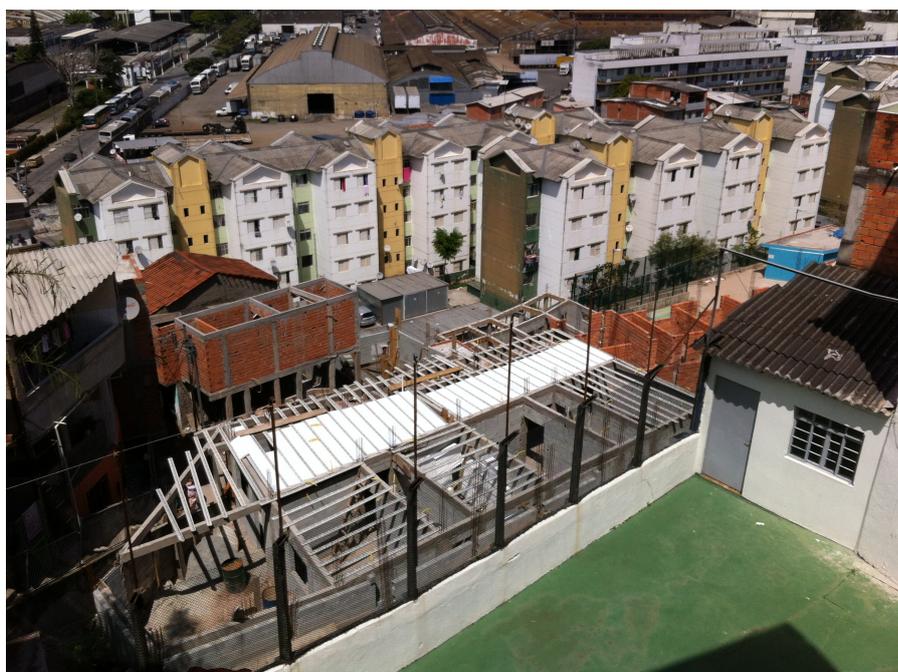
⁴ A expressão é utilizada por Da Matta (1981: 67) quando revela que o Carnaval é resultado da projeção de múltiplas visões da realidade social.

⁵ A conotação da palavra favela varia muito em diferentes regiões, mas em Vila Nova Jaguaré prevalece o tom pejorativo.



A categoria é muito utilizada para enfatizar uma série de questões relacionadas à violência urbana que determinam o cotidiano dos moradores. Na “favela”, as armas estão mais presentes, a polícia atua com maior truculência e os grupos armados impõem regras de conduta, limitam a liberdade individual e reagem contra aqueles que vão de encontro a seus interesses, muitas vezes forçando famílias a se mudarem. Muitos se referem ao crime como os “donos da favela”, e seu domínio sobre o espaço se materializa em disputas pelas áreas livres construídas: as moradias de aluguel produzidas por membros do crime⁶ tomam praças, áreas verdes e encostas, contrastando com os espaços residuais que são ocupados por pequenos comerciantes e coletivos sociais (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Reocupações do crime



Crédito: Miguel Bustamante (2016).

Figura 2 – Reocupações residuais: comércio

⁶ Durante os trabalhos de campo e também em conversas com pesquisadores que estudam favelas e periferias, foi identificada a existência de uma facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), relacionada a pelo menos um processo de reocupação. No entanto, as informações obtidas ao longo da pesquisa não permitem aprofundar as atividades e formas de atuação desse grupo, apesar de darem pistas que apontam para seu importante papel no desenho da apropriação do espaço em Vila Nova Jaguaré.



Crédito: Sofia Toi (2015).

Se por um lado o cotidiano realmente é diferenciado em relação aos bairros “centrais”, por outro lado o “estigma de favela” também indica o preconceito com o lugar, que é associado diretamente a violência e precariedade. Atualmente, apesar de não ser classificado como favela, o assentamento continua sendo reconhecido como uma, já que sua estrutura físico-urbanística apresenta particularidades dessa forma urbana que nasce da ocupação. E, da discriminação do lugar, passa-se também à estigmatização das pessoas. Até mesmo entre moradores da Vila, que atribuem o mau estado de conservação dos equipamentos coletivos ao “favelado” que não preserva o bem público, que descarta lixo e entulho em locais inadequados ou que tira proveito em cima dos outros. Essa visão pejorativa sustenta muitas vezes o argumento de que o morador desrespeitoso merece sua realidade, de que ele mesmo colabora com a degradação do lugar, argumento que desconsidera as responsabilidades do poder público e incumbe-as ao morador:

Na verdade aqui é considerado eternamente favela, claro, a gente chama de comunidade, vila mas pras pessoas a maioria aí fora vai considerar aqui eternamente favela, é como se fosse um preconceito que vai ser eterno, [...] aqui hoje é uma vila urbanizada, talvez a gente vai ter escritura, pagar IPTU, tudo normal, vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela, vai, vai, aqui vai ser eternamente, principalmente se o cara faz isso daí [se referindo ao entulho que é constante em frente a sua casa] “isso daí é coisa de favelado”.

Morador da Vila Nova Jaguaré (extraído de BARROS, 2014: 36)



Para muitos moradores, sair de Vila Nova Jaguaré significa libertar-se de uma série de problemas que limitam sua vida atual e muitas vezes representa um universo determinado pela hierarquia, precariedade e violência. A “favela” é a face do assentamento ao qual se quer fugir, evitar, superar, mas que ao mesmo tempo deve-se encarar todo dia. Assim, essa territorialidade também incorpora a dimensão das lutas individuais que alimentam um sentimento coletivo de insubordinação. Os movimentos de favela surgem nesse contexto, levando esses sentimentos de injustiça à esfera política e reivindicando seus direitos. A “favela” sustenta tanto as opressões e preconceitos quanto a luta popular para superá-los. Frente à realidade brasileira de um processo de urbanização ancorado na desigualdade e exclusão, é símbolo da luta popular, conforme ilustra a palavra de ordem compartilhada por diversos movimentos de moradia: “quando morar é privilégio, ocupar é um direito”.

“Minha casa é aqui”

Mas, se, por um lado, algumas cenas e relatos retratam injustiças, lutas e conflitos, por outro lado existem diversas narrativas que enfatizam sentimentos que unem as pessoas enquanto coletivo e revelam uma forte ligação com o lugar onde elas vivem. Inclusive, este é muitas vezes o retrato que se quer passar para aqueles que vêm de fora, de uma comunidade que superou os problemas do passado, um lugar bom de se morar graças às relações comunitárias, onde as soluções sempre passam pelas mãos da população (figura 3). Ou seja, a categoria “comunidade” aponta para os vínculos sociais, para relações humanas que mesclam laços de vizinhança, amizade e parentesco e reforçam o sentimento de que a Vila Nova Jaguaré é a casa de uma “grande família”, conforme ilustra a passagem abaixo:

Encontro Sofia e arranjamos, em cima da hora, uma entrevista com uma antiga moradora. Conta que recentemente fez as contas: vive há 36 anos na comunidade. Começa dizendo que “Isso aqui antigamente era só terra, esgoto, rato e barraco”, e fala sobre as coisas que não existiam, como o piso das ruas e as casas de cinco andares. Em certo ponto da entrevista, pergunto se ela “fez família” aqui em São Paulo, e ela diz que não, pois não pode ter filhos. Estranho o movimento de pessoas em sua casa – uma mulher sempre ao seu lado cuidando dos assuntos da casa, crianças e jovens adultos que entram e saem a todo momento da sala onde conversávamos com a senhora. Pergunto se são parentes, e ela diz que “é tudo amigo”, e explica: “Tem dois aqui por causa da cachaça”, “Tem essa mulher aqui, essa vizinha”, vira-se para a moça ao seu lado e diz “Essa aqui eu peguei pra cuidar, quando segurei no colo sua cabeça era molinha”, virando-se, de novo, “Esse homem aí, ele vive lá e é cego das



duas vistas”. Aponta para as crianças e continua, “Aquela outra é filha dela”, “Esses dois moram ali na frente, mas estão dormindo aqui”, “E agora tudo vai ficando, criando, tudo aqui dentro de casa”. (anotações de caderno de campo, 5 mai. 2016)

Figura 3 – Parque infantil construído por coletivo



Crédito: Miguel Bustamante (2015).

Fruto desse vínculo com o espaço, dessa relação específica que cria uma identidade coletiva que une moradores e lugar, as áreas coletivas assumem o papel da sociabilidade e do lazer. Através de pequenos gestos, cuida-se das pessoas e dos espaços, como por exemplo varrendo vielas de acesso, deixando luzes internas à casa acessas para iluminar algumas passagens ou ajudando vizinhos idosos e outros com problemas de locomoção. Trata-se vizinhos como se fossem família e o assentamento como se fosse casa. E muitas vezes verificam-se usos geralmente associados a ambientes domésticos se darem em ruas e vielas, para o que contribui a aproximação física entre a casa e o espaço público.

A “comunidade” retrata também uma possibilidade de inclusão dentro de uma realidade de exclusão socioterritorial. No passado, quando ainda eram negados serviços básicos como atendimento de água, luz e esgoto, os moradores não viam outra opção se não se unir, e não só para reivindicar e trabalhar por melhores condições de vida, mas também porque sofriam das mesmas mazelas, reconheciam-se reciprocamente em suas dificuldades e anseios. Hoje, a



“comunidade” aparece também como uma imagem utópica do lugar alheia às opressões vividas cotidianamente e é utilizada para amenizar o senso comum da favela como lugar determinado unicamente pela pobreza. O jargão atual “não é favela, é comunidade” lembra o antigo discurso “não é favela, é vila”, que foi adotado pelos moradores no final da década de 60 como estratégia política.

Na verdade, quando você vê os próprios moradores falando favela, eles tão falando pro lado ruim, mesmo, não é o lado bom. Eu falo favela porque eu sempre falei favela, eu conheci como favela, pra mim é favela, não é comunidade. É favela. Mas não pro lado ruim, porque é o termo que eu conheço, é o termo que eu me identifico, que eu sempre ouvi. Aí agora, principalmente o pessoal da área social fala muito “comunidade”. Mas pra mim continua sendo favela, do mesmo jeito. Mas eu vejo que aqui em São Paulo a visão é diferente, de favela.

(...)

A visão é diferente. Quando a pessoa fala: “Ah, favela do Jaguaré”, você pode até tá falando de uma maneira normal, mas a outra pessoa tá olhando de um outro jeito. Com uma visão às vezes de preconceito, “Ah favela, né?”. “Não é favela, é comunidade”. Eu não sei por que isso também, não entendo.

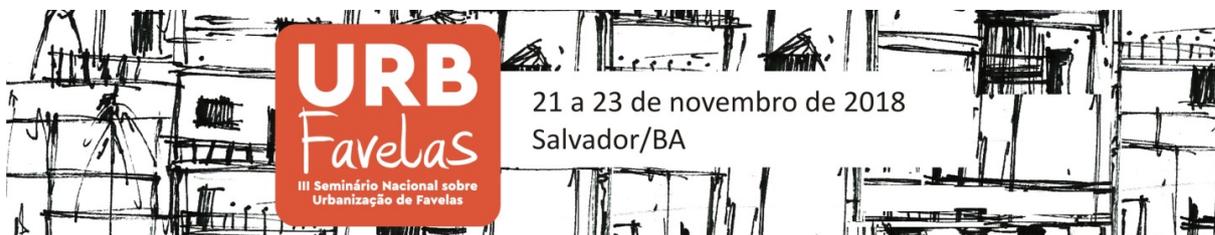
Secretária do CCP (informação verbal)

“Um bairro como qualquer outro”

Finalmente, na fala dos moradores a categoria “bairro” se fundamenta principalmente na regularização da situação fundiária, nas melhorias em mobilidade e no ingresso de uma série de serviços, comércios e entidades que prestam assistência social, promovem cursos, atividades culturais e esportivas. A narrativa realça não só os benefícios das obras de urbanização, mas também uma série de oportunidades proporcionadas por políticas públicas que favoreceram a inserção urbana do assentamento. Também, destaca-se que o “estigma de favela” diminuiu, o que se reflete inclusive na imagem dos edifícios. Moradores começaram a investir mais no embelezamento das fachadas e na construção de moradias de aluguel muito bem decoradas (figuras 4 e 5).

Mas, se, por um lado, a categoria aponta para os novos postos de trabalho, novas atividades de lazer, facilidades em atendimento à saúde e novos equipamentos públicos, por outro lado ressalta também uma mudança no modo de vida, já que agora cresce mais do que nunca uma perspectiva que vê na exploração do espaço uma oportunidade para gerar grandes rendimentos.

Figura 4 – Fachada redecorada



Crédito: Maria de Lourdes Zuquim (2015).

Figura 5 – Investimentos na moradia: varandas



Fonte: google.maps (2016).

Seja pela recente transformação do bairro do Jaguaré em uma nova centralidade ou pelas obras de urbanização, o cotidiano da Vila Nova Jaguaré sofreu grandes mudanças desde a virada dos anos 2000. Atualmente, revela-se um choque entre o recente desenvolvimento econômico e as antigas relações comunitárias, em que forças que prezam por usos coletivos e direcionados à comunidade perderam espaço para outras que pretendem conectar o assentamento à cidade e às dinâmicas do capital. A comunidade se tornou mais diversa e plural, mas a emergência de atividades extremamente lucrativas e a evasão de muitos



moradores criou também um clima de disputa individual e desconfiança que fortalece um sentimento de que a comunidade não é mais como antigamente.

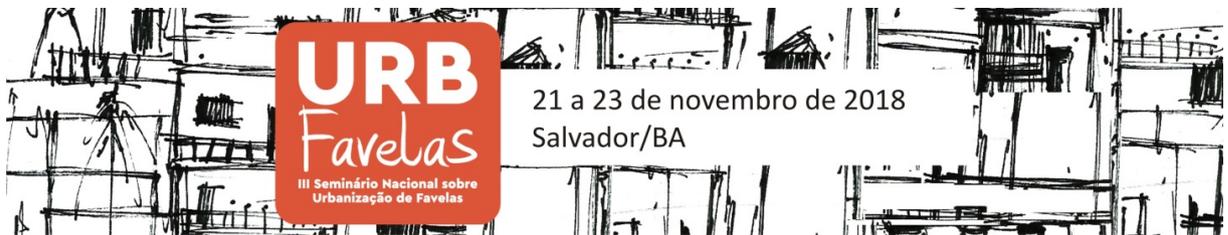
A territorialidade do “bairro” está relacionada tanto à garantia de direitos quanto à mercantilização do espaço. Afinal, a história de consolidação das favelas, impulsionada pelas lutas populares que reivindicavam que os assentamentos populares também são cidade, permitiu também o avanço do mercado imobiliário informal. Na medida em que a favela deixava de ser vista como “moradia provisória”, crescia a segurança da posse e, com ela, os investimentos se tornavam mais seguros, fazendo com que um dos investimentos que mais geram retorno fossem as moradias de aluguel.

Em contraposição à categoria “favela”, o “bairro” evoca a nova condição de cidadania e isonomia, onde os conflitos são mais justos, pois são mediados por instâncias normativas formais e não pela “lei do mais forte” ou por regras paralelas impostas pelos grupos armados. Além disso, apesar de reforçar a individualidade, o “bairro” fortalece também as liberdades individuais, a inserção urbana e a diversidade, permitindo trocas que conectam a Vila a outros lugares e outras culturas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos sobre o momento atual se constroem a partir dessas três visões do espaço social, que naturalmente se sobrepõem e se contrapõem para formar os múltiplos posicionamentos sobre essa favela urbanizada. Durante os trabalhos de campo, os discursos dos interlocutores da pesquisa oscilavam entre afirmações de que o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré não deixou de ser favela, resiste como comunidade ou se assemelha a qualquer outro bairro. Essas categorias realizam um recorte social, costurando e classificando certos comportamentos, relações humanas, cenários e atividades. Tratam de recortes virtuais, pois são projeções que adotam certos pontos de vista, de forma que a realidade é produzida no encontro dessas territorialidades: a favela urbanizada é ao mesmo tempo “favela”, “comunidade” e “bairro”.

Entretanto, tomando essas categorias como territorialidades, podemos expandir a análise para além do momento atual, já que elas não só determinam a realidade mas também a produziram historicamente. Afinal, elas sempre estiveram presentes no assentamento, mesmo que antes o equilíbrio entre elas fosse diferente e uma das dimensões pudesse se sobressair mais do que as

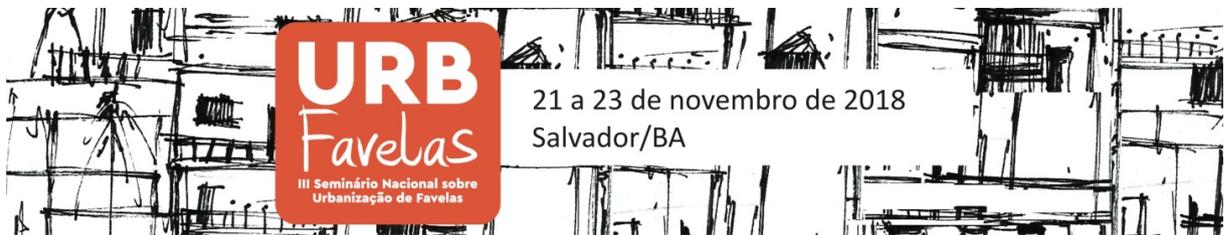


outras. A própria história da Vila Nova Jaguaré revela que ela nasce como favela, se organiza como comunidade e é paulatinamente reconhecida como bairro. E, na medida em que a luta popular dirigia esse processo de conquista de direitos, esses mesmos avanços voltavam a reforçar contradições do passado. Nesse sentido, o estudo da apropriação da Vila ilumina dinâmicas da produção desse espaço, em que as dinâmicas de organização social, desenvolvimento, adensamento e precarização estão profundamente conectadas.



REFERÊNCIAS

- BARROS, G. G. **Remoções provenientes de projetos de urbanização de favelas no município de São Paulo: o caso do Jaguaré.** Relatório (Iniciação Científica CNPq) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014. 41 p. Disponível em: <www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/publicacoes/>. Acesso em: junho de 2018.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.
- FIORAVANTI, L. M. **Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo.** São Paulo. FFLCH, 2013. 137 p.
- FREIRE, L. M. **Encostas e favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré.** São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006. 183 p.
- INFOCIDADE. **Estimativas de população e domicílios em favelas: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais.** São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Infocidade, 2000a. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: junho de 2018.
- INFOCIDADE. **População recenseada e taxas de crescimento: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais.** São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Infocidade, 2000b. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: junho de 2018.
- MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana.** São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2012. 349 p.
- MANSUR et al. **Estudo sobre o processo de intervenção em favelas e Habitações de Interesse Social em encostas.** São Paulo. Monografia (Graduação em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2007. 169 p.
- NAZARETH, M. B. F. **Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro.** São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. 201 p.
- TASCHNER, S. P. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrôpole**, n. 5, maio de 2012, p. 9-27. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294>. Acesso em: junho de 2018.
- ZUQUIM, M.L., MAZO, L.M. (Orgs.), MAUTNER, Y. (Col.). **Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. 310 p.



ZUQUIM, M.L., MAUTNER, Y. (Orgs.). **Velha Nova Jaguaré**. São Paulo: VIDEOFAU. Documentário online (28 min.), 2013. Disponível em: <vimeo.com/75771527>. Acesso em: 02/09/2015.